

Revista

RG *NEWS*

V.2

N.2

2016

Sociedade Brasileira de Recursos Genéticos

6) Amazonizar o Brasil é premente: Trinta e três regras para a sustentabilidade dos recursos genéticos da Amazônia

Afonso Celso Candeira Valois

Eng. Agr., Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Genética e Melhoramento de Plantas, Pesquisador Aposentado da Embrapa.



Contextualização

Vale aqui refletir sobre a Amazônia pelo que ela representa por sua grande dimensão territorial, repleta de riquezas em biodiversidade e meio ambiente, estratégica e de segurança nacional para o Brasil, inclusive pela fronteira com os demais países amazônicos (Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Suriname e Guianas), exceção apenas ao Equador.

Possui uma rica biodiversidade, que ajuda a posicionar o país como o de maior megabiodiversidade no planeta, cujos recursos biológicos e genéticos, (animais, microrganismos e plantas,), são relevantes sob vários aspectos em benefício da humanidade, incluindo seu potencial alimentício e sustentáculo ecológico com destaque climático, edáfico e topográfico. Diante dessa enorme riqueza é de bom alvitre estabelecer regras gerais que possam servir como modelo padrão para a sustentabilidade da Amazônia.

As regras enunciadas

1 - Coexistência harmônica entre os grandes empreendimentos empresariais e pequenos projetos de produção familiar, como a produção de biocombustível do dendê (*Elaeis guineenses* Jacq), produção de borracha da seringueira (*Hevea brasiliensis* L.), produção de frutas e outros produtos da agroindústria;

2 - Nesse sentido, um grande desafio na Amazônia é articular os pequenos, médios e grandes produtores rurais, incluindo-se o extrativismo, através da convergência das ações do planejamento adequado, adoção de políticas públicas compatíveis e tecnologias apropriadas complementares;

3 - A Amazônia, na condição de possuir o maior ativo ambiental do Planeta, tem outro grande desafio que está concentrado no exercício da gestão apropriada da abundância do seu capital biótico e abiótico;

4 - Uma oportunidade de grande relevância na Amazônia refere-se ao uso sustentável da biodiversidade para os diversos fins, como a bio-alfabetização, agrobiodiversidade e neoextrativismo;

5 - Dentro de uma visão holística, um aspecto que deve ser muito bem monitorado na Amazônia é a mitigação e controle das várias causas responsáveis pela perda de espécies da

biodiversidade ou mesmo pela erosão genética nas espécies e degradação ambiental, com destaque para a fragmentação de *habitats*, espécies invasoras exóticas danosas, uso excessivo dos recursos naturais e efeito das mudanças climáticas, com atenção redobrada às influências antrópicas maléficas do desflorestamento;

6 - A bioprospecção de espécies e genes de interesse é de grande relevância na Amazônia, tendo em vista encontrar espécies comuns, raras e extremamente raras, além dos alelos tropicais comuns e raros que compõem genomas funcionais;

7 - Atenção especial deve ser dada à desigualdade entre ecossistemas e etnias amazônicas e à grande lacuna na oferta de tecnologia apropriada, levando em conta o correto significado dos termos conservação, preservação e proteção da Hileia, bem como ao bem-estar dos povos, onde o bom senso deve sempre prevalecer;

8 - Atentar na Amazônia para o eficaz monitoramento da expansão de cultivos em detrimento da derrubada da floresta nativa, exploração ilegal da madeira e de outros ilícitos, além do plantio extensivo de pastagens sem a devida reposição de nutrientes ao solo e da vegetação;

9 - Proposta viável para a Amazônia: revolução científica e tecnológica com inovação (CT&I), com a adoção de forte programa harmônico de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e de consistente ação de transferência e adoção de tecnologia apropriada;

10 - Na Amazônia existe a premente necessidade da regularização de negócios do ar (Protocolo de Kyoto), da água, e da biodiversidade, além dos serviços ambientais;

11 - Na grande região, deve-se agir no sentido da sustentável agregação de valores no âmago da floresta, para o benefício das populações tradicionais, habitantes ribeirinhos, indígenas e demais moradores, nos direitos aos recursos genéticos, com inclusão social, evitando a todo custo a expressão e condição desumana de “escravos na floresta”;

12 - Uma outra enorme reivindicação para a Amazônia é a consistente presença do Estado Brasileiro, principalmente considerando os seus 11,3 mil quilômetros de fronteira com outros países;

13 - Na Amazônia não deve ser permitido que áreas oficiais de preservação e conservação ambiental sejam financiadas por capital externo de ONGs de cunho duvidoso e mal-intencionadas, para a integral proteção da soberania nacional na extensa região brasileira;

14 - Mitigar ou mesmo evitar na Amazônia, os inúmeros conflitos evidentes entre agricultores de produção familiar, ambientalistas, desenvolvimentistas e sustentabilistas, pois todos devem ir ao encontro de tudo aquilo que for vantajoso para o benefício sustentável da grande região e do seu povo;

15 - Um outro grande momento na Amazônia é para um pragmático ordenamento territorial, com destaque para realmente efetivar o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE-P) em escala de boa definição para uso popular, com a consistente participação de representantes das comunidades locais;

16 - A criação e consistente operacionalização de uma rede de educação, saúde, tecnologia apropriada, meio ambiente, recursos genéticos e desenvolvimento social são relevantes para a integração de esforços e ações para o benefício sustentável da Amazônia;

17- Na Amazônia é relevante a colocação em prática da sustentabilidade do ensino formal, educação ambiental, educação alimentar e educação continuada presencial e semipresencial para a orientação racional dos amazônidas, sem solução de continuidade;

18- Explorar na Amazônia, os resultados advindos de ações e esforços de consistentes programas, planos e projetos governamentais implantados na grande região como o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Plano da Amazônia Sustentável (PAS) e Banco Compartilhado de Dados (BCDAM), dentre outros;

19- Explorar de maneira consistente todas as alternativas compatíveis com a busca de uma Amazônia sustentável, sendo uma das bases, o cadastramento e regularização fundiária dos produtores de base familiar e empresarial, além de outras;

20- Exercitar na Amazônia a prática de novos modelos de desenvolvimento regional, como a implantação e manutenção de rodovias, ferrovias e transporte fluvial e aéreo;

21- Outra grande necessidade na Amazônia é a geração de tecnologia regionalizada para áreas de rodovias, ferrovias e ribeirinhas, para o especial benefício dos pequenos produtores assentados;

22- Na Amazônia é prioritária a colocação em prática do fortalecimento da integração regional nas áreas de fronteira com os outros países amazônicos, considerando que o Brasil ostenta cerca de 80% da Amazônia Continental, mas que estão concentrados na “Amazônia Baixa”, com as cabeceiras dos rios localizadas em outros países a necessitarem de premente proteção, a proteção aos recursos genéticos, além dos demais aspectos de segurança nacional merecedores de toda atenção para uma consistente articulação regional com a participação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e outros meios planejamento, avaliação e controle;

23- A segurança biológica na Amazônia deve se constituir em valiosa ferramenta para a manutenção da biodiversidade sustentável e de seus recursos genéticos para a prática da agrobiodiversidade rentável e funcional, com o cunho social, econômico, ambiental, político, cultural, ético e histórico, além de outras vantagens adicionais;

24- Assegurar uma maior coordenação e coerência entre as várias iniciativas, programas, planos e projetos atuais e futuros, estratégicos na grande região, é também da mais alta relevância;

25- Na Amazônia existe a grande necessidade da integração sistemática das dimensões ambiental e social às ações de crescimento e desenvolvimento econômico no plano federal, estadual e municipal, incidindo nas próprias comunidades;

26 - Na região deve ser concretizada uma estratégia tática e operacional de desenvolvimento sustentável com a atuação convergente de muitos atores, que leve em consideração as oportunidades de aprimoramento da educação, saúde, tecnologia e meio

ambiente, institucionais e políticas em toda a sua amplitude, que inclua a infraestrutura e apoio logístico às prioridades de desenvolvimento ambiental, social, econômico e cultural, tanto nas áreas urbanas como rurais;

27 - Na Amazônia é premente a colocação em prática da utilização de uma série de novos instrumentos de financiamento, considerando o apoio ao manejo florestal sustentável, sistema agroflorestal, manejo de ecossistemas agrossilvipastoris, plano ABC (agricultura com baixa emissão de carbono) e o pagamento por serviços ambientais especialmente o sequestro de carbono levando em conta o “Fundo Protótipo de Carbono”;

28 - Na Hileia, torna-se imperativa a elaboração de projetos multi participativos para o desenvolvimento de estratégia e tática operacional sustentáveis mais abrangentes e voltadas para os vários países da Bacia, de modo a expandir de forma substancial, o intercâmbio de conhecimento e experiência entre os mesmos. Para isso, a OTCA teria uma relevante contribuição;

29 - Na Amazônia são definitivamente prioritários o cadastramento, a avaliação e o monitoramento de todos os tipos de ONG que atuam na região, principalmente para evitar o processo de fortalecimento de interesses internacionais na grande região, bem como da biopirataria;

30 - Nesse processo de amazonização do Brasil, na região deve merecer atenção a recomendação emanada da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e de outros importantes fóruns regionais sobre a elevação da competência regional em vários aspectos, com ênfase no avanço educacional inclusive em disciplinas tomadas como estratégicas e de segurança nacional, como é o caso de recursos genéticos, além da geração de tecnologia apropriada;

31 - No referente ao “aquecimento global” é de fundamental importância a disponibilização de vasta orientação aos habitantes da Amazônia no sentido de como proceder para contribuir para a mitigação ou mesmo evitar esse efeito danoso, tanto com recursos genéticos *in situ* como *ex situ*;

32 - Na Amazônia deve ser harmonizada a atuação das diversas instituições nacionais, estrangeiras e internacionais de interesse do Brasil, para evitar o paralelismo e desperdício de válidos esforços e ações;

33 - Finalmente, para “amazonizar o Brasil” é premente a adoção de diversos princípios para serem seguidos pela população brasileira, como o ordenamento territorial, racionalidade, sustentabilidade, multifuncionalidade, transversalidade fronteiriça, enfoque sistêmico, percepção pública da grande importância da região para o Brasil e para o mundo, segurança biológica, segurança dos recursos genéticos, soberania e segurança nacional, exercício do imperativo ético, direitos humanos por uma vida digna e decente, desenvolvimento social inclusivo, CT&I e tecnologia apropriada, biodiversidade, recursos genéticos e propriedade intelectual, exercício de patamares de inteligência (estratégica, territorial, transfronteiriça, ambiental, edáfica, hídrica, climática, convergência institucional, políticas públicas complementares, emocional, desenvolvimento social, energética, ecológica, artificial, biológica, alimentar), mitigação da emissão de gases maléficos, sistemas agroflorestais, neoextrativismo

sustentável, reflorestamento de áreas degradadas, educação ambiental, agrícola e alimentar, cadastramento, instrução, conscientização e monitoramento de produtores e empresários rurais, planejamento estratégico e plano diretor, adoção de políticas públicas adequadas e turismo responsável, além de outros.

Conclusão

Diante da visão holística das regras sugeridas pode ser notado que o Bioma Amazônia justifica este texto, bem como as regras sugeridas, sendo merecedor de atenção redobrada por parte da Sociedade Brasileira e Rede Regional de Recursos Genéticos, de instituições públicas e privadas, comunidades em geral e planejadores/executores de planos, programas e projetos sem solução de continuidade, dentre outros, de modo que a vasta região possa ser explorada com sustentabilidade, onde couber, em especial com seus recursos genéticos, para o benefício da sociedade, em observância às exigências das suas nuances ambientais!